



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR

Patrícia Teixeira de Matos (1); Raimunda Aurilia Ferreira de Sousa (2)

Universidade Estadual do Ceará – UECE, patricia.teixeira@aluno.uece.br (1)

Orientadora Raimunda Aurilia Ferreira de Sousa, Universidade Estadual do Ceará-UECE, aurilia.sousa@uece.br (2)

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão das práticas pedagógicas a partir de uma análise sobre a inclusão do aluno surdo no ensino regular, levando em consideração o que é garantido por lei para todos sem distinção, que é igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Utilizando como metodologia a pesquisa de campo de cunho qualitativo, com aplicação de entrevista. A investigação visa identificar: como é feito o processo de inclusão no âmbito escolar, formação de professores para trabalhar com alunos surdos, concepção de educação de surdos, a disponibilização de recursos didáticos da escola para os alunos surdos e avaliação da inclusão do surdo no ensino regular.

Palavras-chaves: Inclusão, Educação de surdos, Ensino Regular.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura discutir sobre a política de educação de surdos no município de Acopiara, localizado na região Centro-Sul do estado do Ceará. O objetivo central dessa discussão consiste em refletir sobre as práticas pedagógicas inclusivas no município em questão. Procurando rastrear sobre a política de inclusiva, temos o seguinte cenário:

“A lei federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 24 do decreto nº 3.298/99 e a lei nº 7.853/89, a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino, e ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais”. (BRASIL, 1996. p. 7)

Acontece em 1990 na Tailândia, a Conferência de Educação para todos que tem como objetivo a criação de mecanismos que pudessem contemplar a todos, sem distinção. No que diz respeito a educação especial, é relatado no artigo 3º: “As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. (Conferência Mundial de Educação para Todos, 1990. p.4)

Outro marco importante foi a Declaração de Salamanca em 1994, que também contribuiu e muito para a história da educação, principalmente educação para pessoas com necessidades



educativas especiais, tendo como meta a inclusão de todas as crianças no ensino regular, sendo elas portadoras de necessidades especiais ou não.

No Brasil, o tema inclusão começa a ganhar novos rumos através da Constituição Federal de 1988 que afirma todos terem direito a educação (Brasil, 1988), e também com a criação da lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que garante o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece, no capítulo IV, no artigo 53, do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, que: “[...] a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”. (BRASIL, 1990, p. 22).

São vários paradigmas existentes em nossa sociedade, e a educação inclusiva visa quebrá-los e construir uma educação transformadora, onde o ser humano possa aprender por meio da sua singularidade, cada um com suas características, valores e diferenças, mas com o mesmo intuito: busca de uma aprendizagem satisfatória, a ponto de contemplar o desenvolvimento integral de cada um, bem como as suas necessidades. Quando se fala em inclusão, já se imagina pessoas com deficiências, nesse sentido, Carvalho (2011) destaca que:

Parece que já esta condicionada a ideia de que a inclusão é para os alunos da educação especial passarem das classes e escolas especiais para as turmas do ensino regular. Esse argumento é tão forte que mal permite discutir outra modalidade de exclusão: as do que nunca tiveram acesso às escolas, sejam alunos com ou sem deficiência e que precisam nelas ingressar, ficar e aprender (CARVALHO, 2011, p.27).

A educação de surdos é um tema que gera ainda muitas discussões, pelo fato que faz uso de uma língua diferente da comunidade das pessoas ouvintes. Ao se tratar da inclusão de surdos deve-se levar em consideração antes da comunicação no âmbito escolar o meio de comunicação usado pela família e, como a criança se comunica em casa, pois de acordo com Marchesi (2004):

“Aquilo que ocorre no âmbito familiar de qualquer aluno tem uma grande importância em seu desenvolvimento e em sua aprendizagem. As relações que existem na família, o clima social e emocional, o acompanhamento dos progressos da criança e as expectativas em relação a ela são fatores de grande influência na evolução de todas as crianças. No caso das crianças surdas, além daqueles, há um aspecto do ambiente familiar que tem uma relevância particular: o tipo de comunicação que se utiliza em casa” (MARCHESI, 2004, p.185).



É necessário refletir e repensar as práticas pedagógicas para que a inclusão dessas pessoas realmente aconteça, tendo em mente que todos são capazes de aprender e se desenvolver, quando lhes é oferecido às oportunidades e condições favoráveis para o aprendizado. Nesse sentido deve-se levar em consideração o novo modelo de educação, onde a escola é quem deve proporcionar os subsídios necessários para o pleno desenvolvimento do aluno, e não o aluno ter que se adaptar a escola.

É preciso um olhar diferente, um olhar novo em prol da educação inclusiva, através de leis que garantam que todas as crianças sejam matriculadas na educação básica. Entretanto, são poucas as escolas que estão preparadas para acolher alunos com necessidades educativas especiais, oferecendo-os um ensino que supra as suas necessidades.

O Ministério da Educação reconhece que a inclusão não significa simplesmente matricular os alunos com necessidades educativas especiais na classe comum, ignorando as suas necessidades específicas, mas significa dar o apoio necessário tanto ao professor como a escola para a sua prática pedagógica (BRASIL, 1998).

Sendo assim, a escola precisa se organizar e planejar suas ações e atividades buscando atender a todos de acordo com as diferentes formas de aprendizado, valorizando a potencialidade de cada aluno e fazendo com que os mesmos tenham seu desenvolvimento integral, independente de serem portadores de necessidades educativas especiais, ou não.

Tendo como base a garantia por lei de que todos tem direito à educação, refletiremos sobre a educação inclusiva que vem sendo discutida a algum tempo, e que nos remete a uma reflexão sobre a inclusão de alunos surdos no sistema regular de ensino. É um tema que chama a atenção de muitos e provoca discussões no que diz respeito a sua prática, sendo alvo de pesquisas de vários autores que consideram a inclusão enquanto temário importante. Para Carvalho (2011), essa problemática requer mudanças não só na parte estrutural da escola, como também no aperfeiçoamento de funcionários, materiais didáticos, valores e respeito à cultura surda. De acordo com Dorziat (1998), o aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial.

Diante dessa questão, a escola que trabalha com a inclusão enfrenta muitos desafios, a começar pelo direcionamento de suas ações para que, de fato, a inclusão aconteça. Para tanto, é papel da escola, buscar uma educação que tenha sentido para todos os alunos e que esse sentido seja partilhado com os alunos com surdez, que todos esses alunos tenham o acesso ao ensino-aprendizado e a permanência na escola, de maneira que sejam levadas em consideração as



diferenças e as potencialidades de cada um. E em se tratando do aluno surdo é importante considerar tanto a sua especificidade linguística como também cultural.

Sabe-se que não há pesquisas atuais sobre a política de educação inclusiva no município de Acopiara, principalmente em relação aos alunos surdos residentes neste município, tornando-se um assunto relevante frente a profundas mudanças que se estabelece no sistema de ensino.

Dai surge a necessidade de pesquisar, analisar e refletir essa questão, que vem sendo pautada e que gera ainda muitas discussões. Para desenvolver a referida pesquisa, foi selecionada como locus de estudo empírico, a escola José Adonias de Albuquerque para ser o campo de investigação. A escolha dessa escola se deu por alguns motivos: por ser localizada na zona urbana do município, ser de fácil acesso, e principalmente por ser a escola da sede que trabalha com alunos surdos incluso.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o presente trabalho é uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, norteadas nos pressupostos da pesquisa qualitativa, citada por Chizzotti (1991, p.79):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. (CHIZZOTTI, 1991, p.79).

Os instrumentos usado para a coleta de dados foi a aplicação de entrevista com roteiro já elaborado, para 2 professoras da escola em estudo, da área urbana do Município de Acopiara, Ceará e observação de aulas na sala. Usando como critério de seleção para a escola: que tivesse alunos surdos matriculados e também porque é a escola da sede do município que trabalha com alunos com surdez, e para os professores: foi que tivesse pelo menos um aluno surdo incluso em sua sala de aula.

Os dados analisados foram discutidos e distribuídos nas seguintes categorias: 1) Como é feito a inclusão no âmbito escolar; 2) Formação de professores para trabalhar com alunos surdos; 3) Concepção de educação de surdos; 4) Disponibilização de recursos didáticos para trabalhar com os alunos surdos na escola.



3 RESULTADOS E DISCURSÕES

3.1 O aluno surdo no contexto escolar

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino devam assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula. Sendo assim o aluno surdo tem direito de ser atendido em uma sala de aula da rede regular de ensino. Porém, é um processo que demanda tempo, pois os professores do sistema regular de ensino na sua grande maioria ainda não estão preparados para atender alunos com necessidades especiais.

Seguindo esse pensamento para Schwartzman (apud SILVA, 2000, p.39), os professores da rede regular de ensino não têm sido preparados para a tarefa de lidar com crianças com necessidades educativas especiais e se não há preparação, por mais que os métodos utilizados sejam bons, as chances de sucesso são muito limitadas.

Ao referir-se a inclusão de surdos no ensino regular é importante levar em consideração os aspectos linguísticos e culturais que pertencem aos indivíduos surdos como fator de igualdade de condições, além do seu desenvolvimento integral. Tendo a Libras como mecanismo de aprendizagem. Considerando os elementos supracitados a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, afirma que:

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinados que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2008, p.9).

O direito dos surdos se comunicarem em sua língua natural foi regulamentada pelo decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005 onde concede a criança surda o direito de ter uma educação baseada em uma proposta bilíngue, havendo a valorização da língua que o surdo domina. As escolas que trabalham com o aluno surdo incluso, devem dispor dos recursos necessários para o aprendizado do mesmo, criando um ambiente favorável em que o surdo possa desenvolver suas potencialidades. É importante ressaltar que a presença de um intérprete para mediar a comunicação entre professor e aluno e entre aluno ouvinte e aluno surdo na sala de aula, é fundamental para que haja o ensino aprendizagem. No entanto, muitas das escolas que acolhem o surdo não disponibilizam desses recursos. Dessa forma podemos dizer que o aluno é integrado a escola e não incluído.



Nesse sentido para Silva (2003, p.32), a integração escolar tem como objetivo inserir o aluno com deficiência na escola regular, porém, essa escola permanece organizada da mesma forma e é o aluno que foi inserido que deverá adaptar-se a ela. No entanto no sistema de ensino inclusivo é a escola que se reorganiza para atender a especificidade de cada aluno. Nesse sentido há ainda carência de salas de aula apropriadas, materiais, metodologias e o primordial, professores capacitados e intérpretes.

O aluno surdo na sala de aula comum, precisa ser instigado e estimulado a pensar como qualquer aluno ouvinte, para que possa adquirir conhecimento. Para tanto se faz necessário que os professores inovem em suas metodologias e estratégias pedagógicas, despertando o interesse desses alunos.

3.2 Como é feita a inclusão no âmbito escolar

Nesta sessão discutimos como acontece a inclusão dos alunos surdos na escola como um todo, e não só na sala de aula. As professoras entrevistadas para pesquisa destacam que na maioria dos casos, os próprios familiares sentem receio de colocar o surdo numa sala de aula de ensino regular. Talvez seja por isso que a demanda de alunos surdos na escola em questão, ainda é bem pequena, porém, apresentando um quadro bastante limitado para a política de inclusão da escola.

Vale destacar no relato das professoras que no que depender delas e da escola, crianças com esse tipo de necessidade vão ser sempre acolhidas e tratadas como todas as outras.

Os alunos surdos matriculados frequentam a sala de aula regular em um período, distribuído entre manhã ou tarde, e no outro período recebem o atendimento educacional especializado (AEE). As professoras revezam entre si para que o aluno seja atendido e que assim contemple o pleno desenvolvimento.

3.3 Formação de professores para trabalhar com alunos surdos

As professoras que contribuíram com esta pesquisa, atuam há algum tempo com alunos que tem necessidades educativas especiais. Maria relata que trabalhou com surdos no ano de 2001 e teve a oportunidade novamente em 2013 continuando até então com esse trabalho. Isabel destaca a alegria que sente em conviver e fazer parte do ensino aprendizagem desses alunos e disse que seus trabalhos nessa área começaram em 2013.

Em relação a formação de professores para trabalhar com alunos surdos, as duas educadoras entrevistadas têm formação básica, seja realizada pelo município através da secretaria de educação



ou por outros órgãos que oferecem cursos voltados para a área da surdez, a fim de melhorar o trabalho com esses alunos.

Porém, essas profissionais relatam que a formação oferecida pelo município não é o suficiente para que elas possam desenvolver um trabalho melhor. Ambas relatam a deficiência que há em relação a formação para se trabalhar com alunos especiais, e principalmente o grupo em estudo que são os surdos. Elas têm o curso básico de libras e enfatizam a necessidade de mais estudo e aprofundamento na área.

Destacam a importância de serem oferecidas formações continuadas para os profissionais dessa área, como também para toda comunidade escolar que trabalha com os surdos. Diante disso Carvalho (2010) destaca que:

Convém trazer para discussão o sentido e o significado da formação continuada que a coloca, apenas, restrita aos cursos oferecidos aos professores para se atualizarem. Reconheço que eles são necessários, que trazem muitas informações e novas teorias, mas a experiência mostra que se tornam insuficientes se não houver, como rotina das escolas, encontros de estudos e de discussão sobre o fazer pedagógico, envolvendo a comunidade escolar. (CARVALHO, 2010, p.161).

Nesse sentido, percebe-se o quanto é importante a formação continuada para os professores bem como para todos os profissionais que atuam na unidade escolar, pois essa formação não deve ser entendida como algo a parte da escola, onde os educadores tenham que buscar fora dela, mas tem que acontecer dentro da própria escola, onde a instituição abra espaço para discursões e promova o respeito à diversidade.

3.4 Concepção de educação de surdos

Nessa categoria de análise, têm-se como foco estimular as professoras a falarem sobre o conceito de educação de surdos e os meios que as mesmas utilizam e percebem ser fundamental para o processo educacional do aluno surdo. Nesse sentido, Maria nos diz que a educação de surdos faz parte de nossa realidade, porém é algo ainda em construção, que precisa ser moldada. A professora faz o seguinte relato: *“as leis brasileiras garantem que todas as crianças têm direito de estudar em escola de ensino regular, porém há deficiência no cumprimento dessas leis, pois falta profissional para atender alunos surdos e ou formação adequada para os professores que já atuam”*. (Professora Maria).

Em seu relato Isabel conta que educação de surdos não é fácil, porque o professor tem que dar aula para alunos ouvintes e alunos não ouvintes e segundo ela *“seria muito bom se tivesse um*



intérprete, quando o professor tivesse explicando o conteúdo, porque fica difícil fazer as duas coisas falar e usar os sinais". (Professora Isabel).

Partindo do conceito as entrevistadas informaram quais meios utilizam para o aprendizado desses alunos, destacam: *"Eu trabalho com o ilustrativo, através de material concreto, acho que fica mais fácil dos alunos assimilarem as coisas se eu levar o objeto"*. (Professora Maria). Professora Isabel disse que também trabalha com o ilustrativo usando imagens, porque diz facilitar o entendimento do educando.

Percebemos que as educadoras fazem todo possível para que as crianças com necessidades educativas sejam atendidas, mesmo não recebendo formação necessária e atuando com os poucos recursos que a escola disponibiliza. Fica evidente a necessidade de melhoras não só na parte de estrutura física, mas principalmente no que se refere ao aprendizado dos alunos surdos e como acontece a concepção da educação para esse grupo de alunos.

Diante disso, podemos entender que o processo de inclusão dos alunos surdos na rede regular de ensino, está acontecendo mais pelo cumprimento das leis que dizem que os alunos com necessidades educativas especiais devem estar inclusos nesse sistema de ensino. Nesse sentido é preciso dar um novo sentido as práticas educacionais e a visão acerca do surdo e de sua educação, com intuito de fazer com que a inclusão dos surdos não seja apenas a ampliação de matrícula nas salas regulares.

3.5 Disponibilização de recursos didáticos para trabalhar com os alunos surdos na escola

Segundo as professoras que nos ajudou com a realização deste trabalho, a escola dispõe de pouco material, mas elas fazem o possível para trabalhar com esses alunos fazendo com que eles tenham o desenvolvimento de forma integral. Explicam que tem uma sala onde acontece o Atendimento Educacional Especializado, onde recebem os alunos surdos no contra turno e nela está todo material que elas utilizam com os alunos com surdez como, por exemplo: dois dicionários, um é de Libras/Português e o outro de Português/Libras, alfabeto em libras, imagens ilustrativas, e painéis com atividades.

A professora Maria é responsável por fazer a adaptação das provas para os alunos surdos. Ela conta: *"eu tento fazer a prova sem perder o foco e de forma que o aluno tenha uma melhor compreensão"*. Isabel fica com a responsabilidade de acolher os alunos na sala de atendimento especial e trabalhar com eles os conteúdos de acordo com o planejamento.



3.6 Avaliação da inclusão do surdo no ensino regular

Quanto à avaliação da inclusão do aluno surdo no sistema regular de ensino, as entrevistadas avaliam como positiva em partes, pois segundo as mesmas ainda há muito que se fazer para que de fato, a inclusão aconteça. Maria em seu relato em relação a avaliação diz: “*eu avalio como positiva em parte, pois estamos atendendo os alunos surdos e dessa maneira eles não se sentem “excluídos”, porem acredito que faz se necessário, como já mencionei antes, de formação contínua para nós e para todos que compõem a comunidade escolar*”.

Sobre essa questão Isabel relata o seguinte:

“Bom, eu penso que inclusão não é só ter o aluno com necessidade educativa especial na sala de aula do ensino regular, acredito que devemos ter um olhar mais atencioso para essas crianças, e ter força de vontade para buscar mais conhecimentos para desenvolvermos cada vez mais um trabalho melhor”. (Professora Isabel)

Partindo dos pressupostos mencionados por ambas as educadoras, percebemos que para a inclusão acontecer é preciso que haja um esforço mútuo de toda a comunidade escolar, pois um depende do outro para realizar um trabalho satisfatório. E que esse esforço traga para a escola a importância de se trabalhar com a diversidade, compreendendo e ressaltando que ainda faz se necessárias melhorias para que a verdadeira inclusão aconteça de maneira significativa apresentando aos alunos retorno satisfatório de sua entrada na unidade escolar, começando principalmente pelos investimentos necessários na formação inicial e continuada dos professores.

Levando em conta esses resultados podemos traçar um quadro de como está ocorrendo o processo de inclusão dos alunos surdos no município de Acopiara- Ce ressaltando que é preciso mais responsabilidade e compromisso por todos os membros da comunidade escolar, sociedade em geral e poder público. Não adianta termos políticas públicas que só valem no papel, mas sim, de pessoas comprometidas com a educação desses alunos, e que há tempos vem lutando por seus direitos como cidadãos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o que foi exposto através da pesquisa, percebe-se que a inclusão do aluno surdo na escola José Adonias de Albuquerque, está acontecendo de forma parcial, pois se revelou, no decorrer da presente investigação, que os professores realizam o trabalho, mas como os próprios mencionaram, precisam de formação, formação essa que seja contínua, para lidar com os alunos surdos. Mas apesar dessa inclusão estar caminhando a passos lentos, podemos dizer que é um bom começo, tendo em vista que, em meio as dificuldades encontradas, a referida escola está sempre



aberta para receber esses alunos, mesmo não dispondo de um quadro de profissionais como recomendam as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

Diante desse contexto sabemos como é desafiador educar o aluno surdo na escola de ensino regular, onde as leis não acontecem tal qual está escrita no papel, pois no processo de inclusão dos surdos ainda há muitos educadores atuando, que não tem a formação necessária para dar todo suporte para o aluno com necessidades educativas especiais.

Assim, concluímos que não adianta só a criação de leis que indiquem a inclusão, mas é necessário a implementação de políticas públicas de formação de professores, compra de materiais adequados, investimento na acessibilidade das escolas e a contratação de profissionais especializados, como os interpretes de Libras para fazer a ponte comunicativa para o aluno surdo.

A pesquisa aponta uma realidade do município de Acopiara, onde a inclusão não é eficiente, mas está acontecendo, além do que se os alunos surdos estão na escola, é papel da mesma criar mecanismos que oportunizem a sua aprendizagem de maneira que valorize a cultura, a língua e a identidade desses alunos surdos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. **Decreto nº. 5.626**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez.2005.
- COLL, Cesar; MARCHESI, Alvaro; Palacio, Jesus. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Trad. Fatima Murad. 2 ed. Porto Alegre: Artemed, 2004.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação. 2010.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez**. Brasília, 2007.
- DORZIAT, Ana. **Democracia na escola: base para igualdade de condições surdos-ouvintes**. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES. Nº 9, p.24-29, Janeiro, Junho, 1998.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neolinguísticas.** São Paulo: Plexus, 2007.

SILVA, Angélica. **O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor.** 2000. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000276979>>. Acesso em: 24 de maio de 2016

SILVA, Rosilene. **A educação escolar do surdo: minha experiência de professora itinerante da Rede Municipal de Ensino de Campinas/SP.** 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000298994>>. Acesso em: 24 de maio de 2016

UNESCO. **Conferência Mundial de Educação para Todos.** Tailândia, 1990. Disponível em: <<http://www.unesco.com.br>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.